

FAMÍLIA HOMOPARENTAL E SEUS DESAFIOS

HOMOPARENTAL FAMILY AND ITS CHALLENGES

Anna Beatriz Fagundes Ávila *

Daniela Soares Rodrigues **

RESUMO

A temática deste estudo se volta para os desafios da família homoparental, considerando o papel do psicólogo enquanto possível mediador do diálogo que precisa ser construído no ambiente familiar. Ademais, acredita-se que seja necessário pesquisar, tanto sobre a evolução do conceito de família, quanto aos possíveis conflitos que se estabelecem a partir da dificuldade de compreensão sobre como o modelo de família homoparental se encontra socialmente estabelecido. Partindo de seu problema de pesquisa, o estudo teve como objetivo geral analisar os desafios da família homoparental e o papel do psicólogo no estabelecimento do diálogo intrafamiliar. Seus objetivos específicos foram: relatar o conceito de família, considerando seu contexto sociocultural; descrever as novas configurações da família; distinguir os desafios relativos à família homoparental; discorrer sobre o papel do psicólogo mediante o desafio do diálogo intrafamiliar na família homoparental. A metodologia proposta foi a pesquisa bibliográfica, baseada em outros estudos realizados por pesquisadores da Psicologia. Dentre esses, cita-se Zambrano (2016), Roudinesco (2013) e Lacan (2008). A partir do estudo realizado, observa-se que o psicólogo é um profissional que poderá auxiliar as famílias a estabelecer o diálogo intrafamiliar, compreendendo a necessidade de criar uma cultura de respeito mediante o núcleo familiar formado por pessoas do mesmo sexo. Nesse processo de diálogo, há que se considerar que o respeito é o ponto de partida para a construção de relações positivas, mediadas pelo afeto.

Palavras-chave: Conflitos. Família. Homoparentalidade. Psicólogo.

ABSTRACT

The theme of this study turns to the study of the challenges of the homoparental family, considering the role of the psychologist as a possible mediator of the dialogue that needs to be built in the family environment. Furthermore, it is believed that it is necessary to research both the evolution of the concept of family and the possible conflicts that arise from the difficulty in understanding how the homoparental family model is socially established. Starting from its research problem, the study aimed to analyze the challenges of the homoparental family and the role of the psychologist in the establishment of intrafamily dialogue. Its specific objectives were: to report the concept of family, considering its sociocultural context; describe the new family configurations; distinguishing the challenges related to the homoparental family; discuss the role of the psychologist through the challenge of intrafamily dialogue in the homoparental family. The proposed methodology was bibliographical research, based on other studies carried out by researchers in Psychology. Among these are Zambrano (2016), Roudinesco (2013) and Lacan (2008). From the study carried out, it is concluded that the psychologist is a professional who can help families to establish intra-family dialogue, understanding the need to create a culture of respect through the family nucleus formed by

* Graduando em Psicologia pela Faculdade de Iporá, GO.

** Orientador, Graduado em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira- UNIVER, e Pós Graduado em Docência Universitária pela Faculdade de Iporá.

people of the same sex. In this process of dialogue, it must be considered that respect is the starting point for the construction of positive relationships, mediated by affection.

Keywords: Psychologist. Family. Homoparenting. Conflicts.

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo considerava-se aceitável somente o modelo familiar nuclear, tradicionalmente instituído no patriarcado e do mesmo modo, constituído por casal heteronormativo, ou seja, formado por homem, mulher e os filhos concebidos a partir do matrimônio (FÉRES-CARNEIRO, 2016).

Com o passar do tempo, novas configurações familiares foram sendo construídas e nesse contexto, as famílias homoparentais tornaram-se ainda mais comuns, compondo uma pluralidade de famílias. Considera-se que a família é descrita como sendo o berço das primeiras relações dos indivíduos, uma vez que dela emergem as aprendizagens iniciais, bem como as lições de vida, a cultura e a linguagem (LACAN, 2008).

Nesse aspecto, analisa-se que o modelo de família acompanhou as mais diversas mudanças, principalmente as socioculturais. Assim, denota-se que os vínculos afetivos passaram a ser estabelecidos por meios diferenciados, inclusive pela homoafetividade. Ainda que as novas configurações familiares estejam mais presentes na sociedade, observa-se que existem diversos desafios a serem superados, sobretudo quando se trata do diálogo intrafamiliar, uma vez que nem sempre as relações homoafetivas são aceitas (LAVILLE; DIONE, 2019).

Desse modo, a temática desse estudo se volta para os desafios da família homoparental, considerando o papel do psicólogo enquanto possível mediador do diálogo que precisa ser construído no ambiente familiar. Ademais, acredita-se que seja necessário pesquisar, tanto sobre a evolução do conceito de família, quanto aos possíveis conflitos que se estabelecem a partir da dificuldade de compreensão sobre como o modelo de família homoparental se encontra socialmente estabelecido.

Partindo do problema de pesquisa, o estudo teve como objetivo geral analisar os desafios da família homoparental e o papel do psicólogo no estabelecimento do diálogo intrafamiliar. Seus objetivos específicos foram: I) relatar o conceito de família, considerando seu contexto sociocultural; descrever as novas configurações

da família; II) distinguir os desafios relativos à família homoparental; III) discorrer sobre o papel do psicólogo mediante o desafio do quase inexistente diálogo intrafamiliar na família homoparental.

Segundo Dias (2019), a relação homoafetiva é aquela instituída entre duas pessoas do mesmo sexo, que podem ou não resultar em união estável. Por sua vez, a família homoparental é formada por casais do mesmo sexo, com filhos ou não, sendo esses biológicos ou por adoção.

No Brasil, o número de famílias homoparentais tem aumentado a cada ano, mas isso não significa que o preconceito e discriminação diminuam. Ocorre que os desafios na constituição de uma família homoparental são diversos e dentre esses, a negativa ao diálogo intrafamiliar, pois nem todos os membros do núcleo familiar aceitam que pessoas do mesmo sexo possam construir relacionamentos saudáveis, estáveis, bem como proporcionar um lar adequado aos filhos.

É nesse contexto de desafios diários que o papel do psicólogo se torna importante, no sentido de mediar e auxiliar a construção do diálogo intrafamiliar. Assim, a presente pesquisa se justifica, por abordar as novas configurações familiares e dentre essas, a formada pela família homoparental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A família sob a perspectiva sociocultural

Ao longo da história a família vem passando por inúmeras transformações, desde a primitividade, quando os seres humanos passaram a viver em grupos, até as novas configurações que delineadas atualmente. De acordo com Giraldi e Waiderman (2017), mesmo com todas as modificações, o núcleo familiar não perdeu sua essência, sendo o local das primeiras socializações e aprendizagens.

Nos primórdios dos grupos familiares, as famílias eram poligâmicas e poliândricas, ou seja, os núcleos eram constituídos por um homem e mais de uma mulher ou uma mulher e mais de um homem. Somente depois da instituição do matrimônio é que as relações passaram a ser monogâmicas, ou seja, estabelecidas somente com um(a) companheiro(a) (VENOSA, 2011).

O mesmo autor ressalta o conceito de família foi impactado a partir da Revolução Industrial. Após esse período, a ideia de núcleos familiares voltados para

a reprodução perdeu espaço, agregando também os “valores éticos, morais e espirituais trazendo consigo reflexos do desenvolvimento humano e social [...]” (VENOSA, 2011, p.36).

A representação da família modificou-se em distintas épocas, resultando em padrões familiares conforme a sociedade os ditava, ou seja, ao passo que a sociedade amadurecia e recepcionava as mudanças que não se enquadravam para os padrões clássicos, o perfil familiar, antigamente limitado, expandia-se, exigindo amparo social. (SILVA et al., 2019, p.130).

Conforme discorre Bucher (2009) a família pode ser considerada mais como uma conquista cultural do que natural. Isso decorre de sua dimensão histórica, sendo construída ao longo do tempo. Mesmo culturalmente arraigada, a família é dinâmica e por isso, atravessou e ainda passa por mudanças. Etimologicamente, a palavra “família” origina-se do latim *famulus*, cujo significado é “domésticos, servidores, escravos, séquito, comitiva, cortejo, casa [...]”. (HOUAISS, 2001, p.184).

Destarte, considerando as funções da família, bem como suas estruturas, a família é descrita enquanto grupos sociais diferenciados. Nesse sentido, Silva (2011) reforça que enquanto espaço cultural, a família desempenhou funções políticas e econômicas. Do mesmo modo, compreende-se que o contexto familiar tenha sido fundamentado por múltiplas interpretações, as quais passaram a ser objeto de estudos multidisciplinares, sob a ótica psicológica, social, histórica e educativa.

Por sua vez, Petzold (2016) relata que a pluralidade deve ser considerada efetivamente como parte do conceito de família. Se historicamente os núcleos familiares eram homogêneos, ou seja, constituídos pelos cônjuges e sua prole, essa forma não se manteve ao longo do tempo.

Não obstante, o autor mencionado, ao falar sobre o conceito de família, se remete a uma abordagem ecopsicológica, sendo descrita enquanto a forma mais aprofundada para a compreensão de como todos os tipos podem se organizar. Isso ocorre, de acordo com Petzold (2016, p.77) a abordagem ecopsicológica, “inclui uma ampla gama de formas de vida familiar, isto é, não somente as tradicionais, mas também as alternativas [...] a definição de família, segundo este modelo, está baseada nas relações íntimas e intergeracionais.”

Sobre a função da família, destaca-se o discurso de Beavers e Hampson (2015), os quais reforçam sua necessidade, não apenas para o desenvolvimento dos indivíduos, mas na construção de uma rede positiva de apoio. Nesse aspecto,

denota-se que essa rede de apoio, não deve ser ligada ao modelo de família tradicional, mas, conforme bem destacam os autores mencionados, às pessoas que estiverem comprometidas em se apoiar mutuamente.

Assim, observa-se que a família pode ser definida como “um grupo com histórias, no qual as relações funcionais tendem a ser duradouras” (ANTON, 2010, p. 74). Do mesmo modo, Relvas (2013, p. 90) assim descreve “a noção de durabilidade implica no fato de que os grupos familiares vão se transformando ao longo da vida. As transformações são baseadas em três aspectos fundamentais: estrutural, interacional e funcional [...]”.

Por sua vez, os estudos de Costa (2013) denotam que uma visão paradigmática, baseada nos pressupostos psicanalíticos, sistêmicos e complexos, confirma a importância da família na formação dos sujeitos e construção de sua subjetividade. Assim, de acordo com Costa (2013):

Não existe a família enquanto conceito único e globalizador, como as definições sociológicas, antropológicas e mesmo psicológicas pretenderam em décadas anteriores. Não existem famílias, mas configurações vinculares íntimas que dão sentimento de pertença, habitat, ideais, escolhas, fantasmas, limites, papéis, regras e modos de comunicar que podem (ou não) se diferenciar das demais relações sociais do indivíduo humano no mundo. (COSTA, 2013, p.55).

Desse modo, compreende-se que o conceito de família se liga à ideia de pertencimento e assim, tem como pressuposto a existência de afeto, liberdade, reciprocidade, além das vivências, histórias e experiências compartilhadas. Por isso, a família não é apenas consanguínea, mas consensual, jurídica e afetiva.

Nesse sentido, concorda-se com o discurso de Costa (2013), o qual afirma que os sujeitos, em sua maioria, buscam viver em grupos, e assim, agregam pessoas e formam novos núcleos familiares por afinidade. Isso não significa que a família original deixe de existir, mas que ela é replicada nos mais diversos locais onde o sujeito passa a circular. Ademais, de acordo com Costa (2013),

Isso ocorre, comumente, entre os estudantes ou profissionais, os quais, em busca de melhor qualidade de vida, transferem-se de cidade e fundam construindo outros grupos familiares, que podem ter caráter transitório, permanente, idealizado ou necessário. São amigos que semelhantemente passam, por exemplo, a representar membros familiares que acolhem ou reprimem nos momentos de alegria, angústia, desespero, raiva, doença, entre outros [...]. (COSTA, 2013, p.79).

A família, mediante sua dinâmica sociocultural, também é descrita enquanto sistema. Não obstante, autores como Bucher (2009) e Minuchin (2012) descrevem a família enquanto sistema aberto, uma vez que os seus membros, tanto interagem internamente, quanto externamente. Há, nesse aspecto, uma troca cultural constante, refletindo as construções sociais, informativas e materiais. Do mesmo modo, compreende-se que os membros de uma família influenciam e são influenciados pelas ações uns dos outros (BUCHER, 2009; MINUCHIN, 2012).

Conforme menciona Wagner (2012) por mais que a família tenha passado pelas mais variadas transformações, essa é considerada uma instituição indissolúvel, pela sua capacidade de sobrevivência e adaptação. O núcleo familiar original pode ser substituído e redimensionado sob as mais variadas formas de ressignificação, bem como de configuração. São as novas configurações e do mesmo modo, sua formação que por vezes se distancia da família clássica que se tornam desafiadoras. Isso decorre do fato de que, por mais que a sociedade reconheça que novas constelações familiares se formam ao longo do tempo, ainda há o preconceito refletido a partir da falta de uma relação dialética entre os entes familiares (WAGNER, 2012).

2.2 As novas configurações familiares

Segundo descreve Roudinesco (2013), mediante todas as instituições que podem ser apontadas pela sociedade contemporânea, a família é a que se destaca na formação dos sujeitos. Nesse sentido, nos dizeres da autora, nesse contexto ocorrem as primeiras experiências socializadoras, bem como os significados e sentimentos construídos pela consanguinidade ou afetividade.

Roudinesco (2013), em uma de suas pesquisas, pôde constatar ao longo de 40 anos a família tradicional contemporânea reduziu suas tradições relativas ao gênero. Isso significa a contestação ao discurso pautado no conservadorismo e nas hierarquias construídas no modelo tradicional de família. Do mesmo modo, as relações amorosas tradicionais, heteronormativas, formadas pelo pai, mãe e sua prole passaram por reformulações, principalmente no que se refere aos papéis e funções exercidas pelos membros.

Observa-se que mediante as novas configurações familiares, houve uma espécie de flexibilização dos moldes tradicionais da família. Isso significa a

aceitação de novas formações, principalmente as famílias monoparentais e homoparentais. Nesse sentido, concorda-se com Bayle (2018), o qual afirma que:

Com os novos arranjos familiares e as novas configurações nas relações entre homens e mulheres têm surgido novos relacionamentos sexo-afetivos, a frequência de separações dos casais é tal que muitos questionam sobre a evolução da família e as repercussões sobre as novas formas de parentalidade e do significado da maternidade. As parentalidades diversificam-se com o aparecimento de novas estruturas familiares, novos laços afetivos e outras reconstituições familiares [...]. (BAYLE, 2018, p.27).

Ao final do século XX e início do século XXI, diversos acontecimentos, principalmente em relação ao desenvolvimento econômico e social e as mudanças pelas quais a sociedade passou e ainda tem passado, fizeram com que os papéis exercidos nos núcleos familiares fossem profundamente modificados.

As famílias não mais eram exclusivamente tradicionais e com uma frequência cada vez maior, os núcleos familiares são regidos por uma única figura, seja o pai ou mãe, ou mesmo um ente familiar com ou sem laço consanguíneo. “Por conta dessas alterações o modelo de família baseado na complementariedade de papéis com o pai provedor e a mãe dona de casa em período integral começa a sofrer rupturas, sinalizando o início da decadência da versão mais tradicional da família nuclear.” (ZANETTI, 2019, p.55).

Conforme mencionado, dentre as novas configurações familiares, se encontram as famílias homoparentais. De acordo com Dias (2019), essas famílias são aquelas formadas pela união de indivíduos do mesmo sexo, também denominadas famílias homoafetivas. Vale ressaltar que o autor utiliza o termo homoafetivo para relacionar os sujeitos do mesmo gênero em uma relação afetiva, não apenas com o objetivo sexual, mas que adquirem também direitos jurídicos.

Por sua vez, o termo homoparentalidade foi criado em 1997 para designar as situações nas quais pelo menos um adulto se identifica como homossexual e é pai ou mãe ou pretende a maternidade ou paternidade (ZAMBRANO et al. 2016).

Ainda que o termo seja amplamente utilizado, alguns estudos questionam sua aplicabilidade, uma vez que compreendem que a orientação sexual não pode ser associada ao cuidado dos filhos, pois a denominada “boa parentalidade” não depende de qual orientação sexual o indivíduo siga. No entanto, a homoparentalidade é utilizada a fim de dar nome a uma constituição familiar para a qual ainda não havia uma definição (ZAMBRANO et al., 2016).

2.3 O trabalho do psicólogo com a família homoparental

Os estudos de Feres-Carneiro (2016) demonstram a existência de diversos fatores significativos, os quais permitem às pessoas o privilégio de escolherem seus parceiros. Quando se trata das relações homoafetivas, um dos seus maiores desafios se encontra em superar o preconceito e para tanto, o trabalho do psicólogo pode ser propulsor para a construção de uma visão positiva do relacionamento, assim como ocorre com as famílias heteroafetivas.

Conforme descrevem Garcia et al (2012), os núcleos familiares formados por casais homoafetivos ainda geram certa resistência, principalmente quando envolve ter filhos ou não. Segundo os autores, existe uma grande preocupação social se os casais homoafetivos teriam condições de criar filhos, ou mesmo se teriam o direito de fazê-lo.

Observa-se que mesmo com o reconhecimento das uniões homoafetivas, esse aspecto não é comum na convivência familiar dos casais. É preciso, então, um suporte e até mesmo uma rede de proteção, capaz de acolher, não apenas o casal, mas todo o núcleo parental. No interior das famílias cujos componentes mantêm relações homoafetivas, há o discurso recorrente sobre a capacidade de criar e cuidar dos filhos, adotados ou gerados sob outras possibilidades (barrigas solidárias, aquelas em que mulheres férteis emprestam sua barriga para gerar os filhos dos que se encontram impossibilitado) (GARCIA, et al.,2012).

Na contemporaneidade, as famílias monoparentais, pluriparentais, casais que optam por não ter filhos e as famílias homoparentais convivem com os mesmos problemas, muitos originados nos próprios núcleos familiares. Do mesmo modo que o grupo familiar resiste aos casais que não querem ter filhos, o mesmo ocorre com os casais homoafetivos que desejam constituir família (RODRIGUES; MERLI; GOMES, 2015).

De acordo com Roudinesco (2013), a família pode ser descrita como a configuração dos laços afetivos, bem como da transmissão geracional. Isso garante o equilíbrio, tanto individual, quanto plural, necessários para a construção da identidade dos sujeitos.

A lei da filiação, conforme dispõem os artigos 26 e 27 da Lei 8069/90, considerando a cadeia geracional familiar, é responsável por garantir, ainda que de

forma simbólica, o lugar do filho. Nesse sentido, compreende-se que a transmissão psíquica familiar tem como função permitir a vinculação das gerações por meio do seu encadeamento. Isso faz com que os indivíduos possam experimentar a sensação de pertencimento, além de construir sua subjetividade. Nesse sentido, compreende-se que um dos desafios da família homoparental esteja em construir o espaço de pertencimento de seus integrantes. De acordo com Zanetti (2019), a maioria dos casais homoafetivos optam pela adoção e desse modo, um dos papéis do psicólogo é auxiliar na construção desse novo meio familiar.

De acordo com Fiorini (2017), o desejo de formar uma família e constituir sua prole não é uma exclusividade dos casais heteronormativos. É cada vez mais constante a busca de casais homoafetivos pela adoção ou pela barriga solidária. Ressalta-se que a homoparentalidade, em muitos casos, trata de famílias recompostas com filhos originados de relações heteronormativas anteriores. Há que ressaltar a dificuldade que os casais homoafetivos enfrentam, mesmo quando há o direito à adoção, essa acaba sendo impedida pela burocracia regimental (FARIAS; MAIA, 2019).

Ainda sobre os desafios enfrentados, observa-se a necessidade de se combater os argumentos que se colocam contra a homoparentalidade, justificados na falácia sobre a preservação da família e do casamento, enquanto instituições sociais e o imperativo posto na defesa de se resguardar o simbólico, enquanto condição de cultura e subjetividade (ARAN, 2017).

Mediante a resistência ao reconhecimento de outras formas de família não heteronormativas, cabe ao psicólogo apresentar os argumentos que possam destituir a ideologia de que o parentesco somente existe a partir da firmação do relacionamento homem e mulher. Nesse sentido, as teorias psicológicas podem ser aplicadas, no sentido de se garantir a saúde mental dos integrantes das famílias homoparentais (CARRASCO, 2014).

No contexto da homoparentalidade, são diversas as preocupações que o permeia. Dentre essas, é possível citar questões tais como a identificação primária da criança, o complexo de Édipo e a cena primária (SMOLA, 2016). Nesse sentido, as contribuições da psicanálise clássica são citadas para que seja possível a intervenção psicoterapêutica, no sentido de construir uma imagem familiar pautada no respeito, bem como no preparo para as situações nas quais o preconceito e a

discriminação ocorridos, tanto no contexto social, quanto no familiar possam ser combatidos (CARRASCO, 2014).

Por sua vez, a literatura jurídica ressalta a importância dos estudos de Butler (2013), o qual reforça que o acompanhamento de um psicólogo auxilia na composição familiar, impedindo que em busca de segurança, a família homoafetiva evite a convivência com outras famílias, criando uma bolha de distanciamento. É importante compreender que existem saídas consideradas criativas para o exercício da parentalidade dos casais homoafetivos e essas podem ser mediadas pelo psicólogo (FIORINI, 2017).

De acordo com Rodriguez e Paiva (2019), o preconceito pode ser um fator preponderante em relação à homoparentalidade, pois significa o desenlace dos filhos com sua própria história, bem como suas famílias originais. Conforme lecionam os autores, a falta de diálogo intrafamiliar, assim como a não aceitação da sociedade, faz com que os conflitos relativos à família homoafetiva se instalem e se sustentem. A não aceitação da parentalidade, por parte da família original, gera um grande mal-estar, além de alimentar o preconceito e a discriminação.

Mediante o exposto, compreende-se a emergência de uma rede de apoio, ou seja, de resguardo da criança em relação aos conflitos e em muitos casos, isso ocorre fora da família original. Enquanto alguns casais homoafetivos buscam auxílio profissional, outros são acolhidos pelos grupos de pessoas mais próximas. Conforme ressalta Nunan (2017), os amigos costumam ser mais flexíveis dos que os parentes e isso proporcionam uma readequação às necessidades dos casais homoafetivos.

Destarte, Moris (2018) reforça que o psicólogo pode, por meio da psicoterapia, fazer com que os casais homoafetivos consigam se proteger das diversas situações de perseguição e marginalização. Os filhos desses casais também costumam ser vítimas dessas situações, principalmente quando passam pela escolarização. Há uma estranheza em relação as papeis exercidos pelo homem e pela mulher na comunidade escolar e assim, o que se observa é a realização de comemorações de dias específicos, como o dia das mães e dia dos pais, mas não existem formas de acolhimento à família formada por casais homoafetivos.

Ainda segundo Moris (2018), o psicólogo pode auxiliar na construção da rede de apoio, capaz de debelar as práticas cotidianas excludentes. Ademais, os pais

precisam se tornar aptos para lidar com as situações nas quais a diversidade é desafiada.

A partir das pesquisas realizadas por Dias (2019), observa-se que os conflitos intrafamiliares, relativos à família homoparental, advêm justamente da dificuldade de aceitação da relação homoafetiva, assim como ocorre quando se trata da identidade homossexual. Para o autor mencionado, a partir dos estudos voltados para as famílias de origem, é possível compreender que essa exerce uma considerável influência na subjetividade dos casais homoafetivos. Nesse sentido, pontua-se que o psicólogo pode intermediar a construção ou retomada da parentalidade, partindo do trabalho pontual voltado para a aceitação e o estabelecimento do diálogo.

Ressalta-se a necessidade de compreender como os modelos heteronormativos continuam se repetindo quando se trata da conjugalidade dos casais homoafetivos.

O apego ao modelo heterossexual (o conhecido deles), de seus pais, parentes e sociedade em geral, pôde ser percebido através de falas sobre divisão de tarefas e na posição de complementaridade existente na dinâmica relacional do casal. A construção de um novo modelo conjugal para os casais da pesquisa está ligada aos referenciais de gênero, por exemplo: com a distinção das atividades da casa como femininas/masculinas. Eles buscam (declaram em seu discurso) sua singularidade, tentando exercitar maior flexibilidade de poder, entretanto parecem retornar ao velho modelo heteronormativo. (RODRIGUEZ; PAIVA, 2019, p.89).

De acordo com os estudos com casais homoafetivos, Rodriguez e Paiva (2019) constataram que esses, no ambiente doméstico, mantêm os referenciais vivenciados pelos heteronormativos, principalmente no que se refere à parentalidade, pois suas referências continuam sendo os pais, a família original, os casais com os quais alguma convivência é estabelecida, assim como a figura paterna tradicional. Ademais, conforme descrevem Rodriguez e Paiva (2019, p.94) “[...] os questionamentos feitos pelos casais homoafetivos são o reflexo da vida em uma sociedade na qual a homofobia e o heterossexismo fazem parte do senso comum, da vida cotidiana e dos valores compartilhados.”

Corroborando a importância da atuação do psicólogo na atuação junto aos casais homoafetivos, bem como no estabelecimento do diálogo intrafamiliar, evoca-se o discurso de Levinzon (2016), o qual discorre que o preconceito é um dos maiores problemas com os quais precisam lidar, nos mais diversos contextos. No

entanto, tais situações são superadas de uma forma mais equilibrada quando a família aceita e apoia seus filhos.

A surpresa das famílias diante da descoberta ou notícia da homossexualidade dos filhos vem carregada de preconceito, resultando com frequência no rompimento dos laços, sendo mais comum com a figura paterna. Os indivíduos que se assumem como homossexuais estão sujeitos a um longo e complexo processo de elaboração identitária, buscando maneiras de compensar e superar o preconceito e falta de apoio. O processo de reconstrução dessas relações e laços familiares, deixa marcas e permeia a vivência da conjugalidade homoafetiva (LEVINZON, 2016, p. 100).

Cumprе salientar que as famílias homoparentais passam por momentos de dúvidas e incertezas, principalmente ao serem comparadas às famílias de origem, cujo contexto se encontra pautado no modelo heterossexual. Nesse sentido, compreende-se a importância da ajuda profissional para reestabelecer o diálogo, mediando os conflitos decorrentes.

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica é descrita como a execução de um estudo previamente pensado. Seu objetivo maior é contemplar as respostas a partir de um método científico. Gil (2008) reforça que o conhecimento somente será qualificado como científico se puder ser verificado a partir de determinadas operações mentais e técnicas.

Assim, o método é o que determina como o foi possível chegar ao conhecimento, sendo descrito como o caminho utilizado para que se chegue a um fim determinado. O método científico, segundo Prodanov e Freitas (2013, p.24), pode ser explicado como sendo “os procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento.”

Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.24).

Considerando as definições de método científico e voltando-se para a presente pesquisa, quanto à abordagem utilizou-se o método hipotético-dedutivo, pois o objeto de estudo se estabeleceu com um problema ou uma lacuna no

conhecimento científico (PRODANOV; FREITAS, 2013). No caso da presente pesquisa, a lacuna se materializou a partir da necessidade de se buscar os referenciais teóricos capazes de corresponder ao problema, no qual se questionou sobre como a psicologia pode auxiliar a família homoafetiva na resolução de conflitos ocorridos nos âmbitos familiares e sociais.

Quanto à natureza, a pesquisa foi básica, uma vez que não gerou novos experimentos. Em relação aos seus objetivos, o estudo foi descritivo, isso porque os fatos somente foram observados, sem que houvesse interferência nesses. Concernente aos procedimentos técnicos, foi uma pesquisa bibliográfica, fundamentada nos referenciais teóricos postos na literatura. Por fim, quanto à abordagem do problema foi qualitativa, pois os dados obtidos foram analisados sob a perspectiva qualitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa sobre os desafios da família homoparental observa-se que dentre os maiores percalços se encontra a necessidade de se reconhecer o direito dos homossexuais sobre a formação de uma família.

Pela dimensão da composição das famílias, denota-se que não é o casal heteronormativo que irá garantir que essas sejam locais de segurança, afeto e experiências sociais. Isso decorre do fato de que famílias homoparentais passam pelos mesmos desafios na criação dos filhos e esse aspecto é ainda maior pois precisam lidar com o preconceito e a discriminação cotidianamente, principalmente no seio familiar.

Do mesmo modo, compreende-se que o psicólogo é um profissional que poderá auxiliar as famílias a estabelecer o diálogo intrafamiliar, compreendendo a necessidade de criar uma cultura de respeito mediante o núcleo familiar formado por pessoas do mesmo sexo. Nesse processo de diálogo, há que se considerar que o respeito é o ponto de partida para a construção de relações positivas, mediadas pelo afeto.

Por meio do estudo, observou-se que é preciso libertar a família homoparental da imposição biológica da família tradicional e para isso, torna-se fundamental o reconhecimento do vínculo de parentesco, bem como os laços que se formam.

Ressalta-se que a homoparentalidade é um tema que ainda suscita diversos questionamento, além de ser tratado com reserva pela comunidade acadêmica.

O que se espera é que os estudos vindouros possam se materializar em relações produtivas que englobem a psicologia e as novas constituições familiares, no caso, a homoparentalidade.

REFERÊNCIAS

ANTON, I. L. C. **A escolha do cônjuge**: Um entendimento sistêmico e psicodinâmico. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ARÁN, M. Políticas do desejo na atualidade: A psicanálise e a homoparentalidade. In M. R. Prata (Ed.), **Sexualidades**. Rio de Janeiro, RJ: Contracapa, 2017.

BAYLE, F. **Perturbações da parentalidade**. Lisboa: Climepsi Editores, 2018.

BEAVERS, W.R; HAMPSON, R. **Medindo as competências da família**: modelo de sistemas Beavers. 2015 Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/232518181_Measuring_family_competence_The_Beavers_systems_model> Acesso em junho de 2021.

BUCHER, J. S. N. F. O casal e a família sob novas formas de interação. In FÉRES-CARNEIRO, T. **Casal e família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau, 2006.

BUTLER, J. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** Cadernos Pagu, 21, 219-260. 2013.

CARRASCO, A. M. Adoção homoparental. In E. Rotenberg & B. A. Wainer (Eds.), **Homoparentalidades**: nuevas familias . Buenos Aires, Argentina: Lugar, 2014.

CHAVEIRO, T. F. Família: Diagnóstico e Terapia. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 2009.

COSTA, L. F. Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos. In: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. **Educação e contemporaneidade**: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2013.

DIAS, M. B. Família homoafetiva. **Bagoas**, v. 3, p. 39-63, 2019.

FARIAS, M. O.; MAIA, A. C. B. **Adoção por homossexuais**: A família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica. Curitiba, PR: Juruá, 2019.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Casal e família**: permanências e rupturas. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2016.

FIORINI, L. G. Reflexiones sobre la homoparentalidad: parentalidad em parejas homossexuales. In E. Rotenberg & B. A. Wainer (Eds.), *Homoparentalidades: nuevas familias* Buenos Aires, Argentina: Lugar, 2017.

GARCIA, A. et al. **A transformação da intimidade**. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ática, 2009.

GIRALDI, J.; WAIDEMAN, M. C. **Família ou Famílias – Construção Histórica e Social do conceito de Família**. III Congresso Internacional de Psicologia e IX Semana de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá (UEM) Maringá: PR, 2017.

HOUAISS. **Dicionário de Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2001.

LACAN, J. **Os complexos familiares na formação do indivíduo (1938)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2019.

LEVINZON, G. K. **A adoção na clínica psicanalítica: O trabalho com os pais adotivos**. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 14(1), 2016.

MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento e Tratamento**. Trad. J.A. Cunha. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2012.

MORIS, V. L. **Preciso te contar? – Paternidade homoafetiva e a revelação para os filhos** (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil). 2018.

NUNAN, A. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. In M. P. Grossi, A. P. Uziel, & L. Mello (Eds.), **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond., 2017.

PETZOLD, M. The psychological definition of “the family”. In M. CUSINATO (Ed.), **Research on family: Resources and needs across the world**. Milão: LED-Edizioni Universitarie, 2016.

PRODANOV, D.S.; FREITAS, S.G. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: EBF, 2013.

RELVAS, M.P. **Neurociência na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

RODRIGUEZ, B. C.; PAIVA, M. L. S. C. Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. **Revista Vínculo**, 6(1), 2019.

- RODRIGUES, C. L.; MERLI, L.F. GOMES, F.H. **Famílias e seus conflitos: uma análise psicológica das constelações familiares contemporâneas**. Goiânia: FTD, 2015.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.
- SILVA, F.S. **Novas configurações da família brasileira**. São Paulo: Atlas, 2011.
- SILVA, F.S. et al. **Homoparentalidade**. São Paulo: Zênite, 2019.
- SMOLA, A. Homoparentalidades. In E. Rotenberg & B. A. Wainer (Eds.), **Homoparentalidades: nuevas familias**. Buenos Aires, Argentina: Lugar, 2016.
- VENOSA, S. S. **Direito civil: direito da família**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- WAGNER, A. **A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias**. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. São Paulo: Loyola, 2012.
- ZAMBRANO, Elizabeth. et al. **Direito à Homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais**. Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça, 2016.
- ZANETTI, S. A. S. **A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo. v. 40, nº 2, abr./jun. 2019.